

DISCURSO DO DEPUTADO DAVID LERER, RETIRADO PELO ORADOR).**V — O SR. PRESIDENTE:**

Passa-se ao Grande Expediente.

Tem a palavra o Sr. José Maria Magalhães.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma nuvem negra ofusca o céu azul de nossa Pátria; prenuncia uma tempestade que não se sabe onde e quando vai desabar.

Fêz-se neste País uma revolução em 31 de março de 1964, sob o slogan de revolução democrática, e imediatamente caminhou-se para um regime ditatorial. Após 3 anos de uma ditadura mistificada de democracia consentida, onde a tônica da violência preponderava sobre o Direito e a Justiça, em que o Poder Legislativo foi humilhado e espezinhado, chegando a votar uma Constituição draconiana, que, por si só, representa a soma de todas as pressões e humilhações, como que surgiu, com a posse do novo Presidente, Marechal Costa e Silva, uma tênue esperança de que se pudesse tomar ou retomar o caminho da redemocratização, caminho esse que de há muito deveria ter sido retomado. Com efeito, num retrospecto da História, vemos, por exemplo, uma revolução liberal em Minas Gerais, chefiada por Teófilo Otoni, que, preso em Santa Luzia, levado algemado e chicoteado até a Capital, Ouro Preto, é, no entanto, um ano depois anistiado. Agora, porém, a fase repressiva se alonga por demais, e, até as vésperas do pleito de 1966, candidatos que já tinham seus nomes incluídos no Registro Eleitoral, foram brutalmente cassados, como aconteceu no meu Estado com o líder dos mineiros, Zacarias Roque, que até hoje me pede para saber do órgão de segurança nacional ao menos a razão por que foram cassados seus direitos políticos.

O Sr. Márcio Moreira Alves — Permite-me, nobre Deputado, a indagação do líder dos mineiros de Minas não me parece procurar desvendar mistério algum, uma vez que na Assembléia Estadual mineira, logo em abril de 1964, os únicos quatro Deputados que também eram operários foram cassados imediatamente. Um deles, "Dázinho", José Gomes Phmenta, também antigo Presidente do Sindicato de Nova Lima, é um dos precursores do engajamento social dos cristãos na luta social, e um dos precursores da perseguição que agora se concretiza em São Paulo e no resto do Brasil.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — V. Ex.^a tem razão, e hoje lamentamos todos esses episódios. Mas as medidas quanto a Assembléia Legislativa de Minas Gerais foram tomadas numa hora de tremendo impacto emocional, num momento de confusão, de turbilhão, enquanto aquela a que me referi foi levada a efeito três anos após, quando o Tribunal Eleitoral já tinha toda a documentação do candidato, inclusive os documentos do DOPS. Mesmo assim, ainda impediram que um candidato fosse eleito. E eleito, sim, porque, transferindo-lhe sua votação para outro candidato do MDB, na cidade de Brumadinho, esse foi suffragado e está na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Sr. Presidente, queremos fazer uma análise com serenidade. Não desejamos absolutamente entrar naquela fase de confusão que atordoa a todos, mas afirmar que, passado esse período, esperamos, e assim também todo o povo brasileiro, que aqueles que, envolvidos no tumulto, foram injustiçados, tivessem reparadas as injustiças, e que os responsáveis pelo

Governo seguissem um caminho para a democracia, sintonizados com a tradição do povo brasileiro e, sobretudo, com a nossa aspiração comum. Mas nos dias atuais repetem-se os episódios da violência. A fase repressiva ainda está em vigor e até hoje o Governo não encontrou meios para estabelecer um diálogo cívico e patriótico com os estudantes do Brasil, como não encontrou meios para falar aos trabalhadores de nossa Pátria.

Não posso compreender, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um Governo que se afaste do povo, porque somente do povo entendo vir a força do poder.

O Sr. Bernardo Cabral — Deputado José Maria Magalhães, V. Ex.^a coloca o problema exatamente nos termos em que precisa ser colocado. O Governo se afasta do povo porque tem a em pensar que do povo ele não precisa. Apesar de ter sido imposta à Nação uma Constituição no parágrafo 12 do cujo art. 150, se insere "que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente, o que se nota é a tumultuação em todo o País, com prisões que não são somente arbitrárias, pois nelas há muito mais do que arbitrariedade: há iniquidade. É exatamente o que acaba de sofrer, na manhã de hoje, o jornalista Flávio Tavares, que, como V. Ex.^a e toda a Casa sabem, é um profissional que vive para o seu trabalho e não tem o tempo que lhe atribuem para ser mentor de um processo subversivo, que, segundo alegam as autoridades que o enquadraram, estaria sendo formado em Uberlândia, com a distribuição de explosivos. Veja V. Ex.^a o que se pretende fazer no País. Há um cérebro maldito neste País que está tentando envolver o Governo, e ele, na sua ignorância, não sente o que se criam tumultos em São Paulo, em Minas Gerais e, até, dentro da própria Câmara dos Deputados, com a prisão de um jornalista. Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Quero que fique transcrito no corpo do seu discurso este meu protesto e, se fiz esta interferência agora, é porque tenho de viajar, daqui a minutos, e gostaria que minha posição fosse exatamente esta que acaba de ser definida.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Eu é que agradeço o aparte de V. Ex.^a. Realmente nobre Deputado Bernardo Cabral, a legalidade está sendo atingida diante destes atos de arbitrariedade e violência e, sendo atingida, as consequências incidirão, principalmente, sobre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Enganam-se aqueles que pretendem, nesta Casa, defender esse estado de coisas, porque a nossa geração não pode aceitar uma democracia consentida, mistificada, mentirosa. E temos certeza de que muitos companheiros não permitirão que o Poder Legislativo seja humilhado e espezinhado.

O Sr. Bernardo Cabral — Inclusive porque o nosso mandato é oriundo do povo, e temos de prestar-lhe contas, o que não acontece com certas autoridades.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — É preferível que se fechem os parlamentos a terem os seus representantes de permanecer cabibaiços, apenas aplaudindo, enquanto que o povo se sacrifica para os manter aqui. Penso que este País não pode continuar mais afinado com a tônica do engodo, pregando uma democracia para fora e exercendo internamente um processo ditatorial o mais violento e arbitrário. A juventude do meu País, que desde a invasão dos franceses no Rio de Janeiro foi para as ruas, liderada por Bento do Amaral

Gurgel, e juntamente com as tropas de Minas Gerais, evitou a invasão francesa; essa juventude que esteve sempre presente nos episódios marcantes de nossa vida no Império e na República não pode ser tratada com essa incompreensão, não pode ser aliada, porque nela residem as nossas esperanças. Repito que pertencemos a uma geração frustrada, cuja única porta de esperança que podemos antever no futuro está justamente na juventude de nosso País. E uma juventude que apanha nas ruas, uma juventude que é amordaçada, uma juventude que não se pode reunir, uma juventude que é vilipendiada, uma juventude que é traumatizada, não pode cumprir no futuro o seu destino glorioso. Isso sacrifica a quem? Sacrifica a nossa Pátria. Por que não abriu um crédito de confiança a esses moços, que não estão comprometidos, com más causas, mas, pelo contrário, em todas as suas lutas, comprometeram-se com as justas causas, até com a perda de suas vidas?

O Sr. David Lerer — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Com muita satisfação.

O Sr. David Lerer — Nobre Deputado, aparte V. Ex.^a não só por querer participar da sua brilhante oração — e esta a primeira razão pela qual o faço — ...

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex.^a.

O Sr. David Lerer — ... mas também porque não sei quanto tempo isso nos vai durar. Portanto, estou aproveitando para falar agora. Acho, nobre Deputado, que, a esta altura, não se trata mais de os governantes abrirem um crédito de confiança aos jovens. A esta altura, precisaremos examinar se os jovens deste País ainda estão em condições de abrir um crédito de confiança para os governos que se têm sucedido no poder, principalmente nestes três últimos anos. Este o grande dilema da geração que estamos atravessando. Na verdade, o que está ocorrendo é que paulatinamente estão caindo as comportas sobre uma represa cujas águas se estão avolumando; na verdade, estão sendo cortadas, neste País, todas as vias de saída legal, todas as vias da legalidade, para que o povo, principalmente a juventude, extravase a sua justa indignação pela miséria e pelo subdesenvolvimento; na verdade, o que está ocorrendo é que, paulatinamente se está forçando a população consciente, principalmente os jovens deste País, a buscar uma saída na violência, no arbítrio e na prepotência, pois é este o exemplo que está sendo dado pelos seus governantes. Quem sabe não será este o maior perigo que estes dias oferecem?

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — V. Ex.^a, Ilustre Deputado David Lerer, tem inteira razão. Apenas entendo eu que o crédito de confiança tem de ser do Governo, porque não concebo que aqueles que estão apanhando em praça pública possam ainda dar um crédito de confiança a um Governo ditatorial.

O Sr. Breno da Silveira — Nobre Deputado José Maria, temos anos de lutas nacionalistas neste País. Fomos tiroteado em praça pública, na campanha de Zélia Magalhães, que levamos até o Cemitério do Cajú, no inesquecível comício do Castelo, participando das lutas pela a Hileia Amazônica, lutas contra o Acórdão Brasil-Estados Unidos, e assim sucessivamente, numa linha de absoluta coerência. É triste, nobre Deputado, tendo filhos que já me deram netos, e que, pela sua formação, sempre sentiriam vibrar esse nacionalismo verde-amarelo de que sempre fomos

possuído; é triste, na hora em que esta juventude se sacrifica e em que verdadeiramente não temos outros, meios senão de protestos para expressar o que sentimos; é triste chegar em casa e enfrentar um jovem de 19 anos, meu quarto filho, que me pergunta: "E agora, papai, que acha disso tudo?" É triste, Srs. Deputados. Tenho fé em Deus e tenho esperança, mesmo, de que esse movimento que se agiganta possa, talvez, emocionar também os pais de outros filhos, porque todos sabem que, inclusive nas horas duras, lutam na Universidade filhos de Deputados, de Senadores e até de homens dessa revolução que foi esse fracasso, essa desgraçada realidade que cada vez mais cresce, na qual nunca acreditamos... Pois bem, vários elementos desse tipo, inclusive filhos de parlamentares do lado de lá, também foram espancados com castigos e se mantiveram na luta, ao lado dessa estirpante valente que dá exemplo para nós, mais velhos. Em face da tristeza dessa pergunta — "E agora, papai?" — é que deixo este aparte, para que todos os pais de todo o Brasil, se unam aos pais de todo o mundo contra esse movimento de prepotência, contra esse tático do imperialismo norte-americano que cada vez mais se agiganta. De um lado, o "Correio da Manhã", insiste em denunciar o problema de terras no Brasil; e de outro lado, na Guanabara, em São Paulo, continuam a humilhar os brasileiros jovens que ficarão como sementes para o Brasil do futuro, que será independente, queiram ou não.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — A argumentação de V. Ex.^a, Deputado Breno da Silveira, sempre vem à tona na nossa consciência. Chegamos a indagar se os assessores do Governo prepotente, se os Srs. Deputados que compõem aqui a bancada da Aliança Renovadora Nacional, não têm também, como nós, filhos jovens, filhos irmanados, como os nossos, nas esperanças e nas lutas que poderão ter pelo futuro a fora. E esta indagação fica quando os episódios se repetem em todos os Estados da Federação, com a conivência, com a complacência dos Governadores dos diversos Estados.

O Sr. Mariano Beck — Nobre Deputado, queria, na oportunidade do seu discurso, registrar outro aspecto de que foi vítima o Jornalista Flávio Tavares. Verifica-se, no momento, não apenas o arbítrio, a prepotência, que vem se manifestando, nos últimos tempos, de hora a hora. Há outro fato a registrar, também altamente alarmante: é o descaso, a desconsideração, o desrespeito pelo Congresso Nacional, pelo Poder Legislativo. Desde cedo o nobre Líder da Minoria, Deputado Mário Covas, e o próprio Presidente desta Casa, estão tentando obter notícias do Jornalista Flávio Tavares, sem que as autoridades sequer digam onde se encontra preso esse jovem. E o desrespeito, é a desconsideração, é o desprezo pelo Poder Legislativo, o que se verifica com o Governo que se instalou em consequência da revolução de 1964.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Vamos, nobre Deputado, abordar mais adiante esse aspecto lembrado por V. Ex.^a.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado José Maria Magalhães, acrescentando alguma coisa ao que declarou aqui o Deputado Mariano Beck, quero informar a V. Ex.^a e à Casa que uma comissão do Sindicato de Jornalistas esteve, por volta das 13,00 horas, no quartel da Polícia do Exército de Brasília. O Coronel Campelo, Chefe da Polícia Federal, disse-lhe ao Presidente da Câmara dos Deputados que o jornalista Flávio Tavares seria por ele remetido ao

Coronel Epitácio Cardoso de Brito, Comandante da Polícia do Exército. A comissão do Sindicato de Jornalistas não foi recebida pelo Coronel Epitácio Cardoso de Brito, mas por um major, que declarou nada tinha a informar; apenas poderia adiantar que o jornalista não se encontrava por ali. Veja V. Ex.^a que há um propósito deliberado de humilhar, não só esta Casa, mas também a imprensa brasileira, que começou com o episódio Hélio Fernandes, que se completa com o episódio Flávio Tavares. Já e que, já outro dia, verificamos ser muito claro na declaração do secretário de Segurança de São Paulo, Coronel Sebastião Chaves, de que a imprensa, ao noticiar o que ocorria com os padres e estudantes, estava incorrendo em crime, o crime de noticiar, Sr. Deputado. Até isso já é crime neste País! Veja a que ponto é insubordinação, porque de outra coisa não se trata do que um motim que as autoridades militares não conseguem controlar e que o Presidente da República, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas não consegue sufocar. Ou S. Ex.^a afirma sua autoridade, restabelecendo a disciplina vertical das Forças Armadas, ou adote autoridade, adote até mesmo este regimezinho que aí está, adote liberdade que ainda resta, adote resquícios e vestígios de democracia neste País.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Muito grato a V. Ex.^a. Mas não pára aí, nobre Deputado Hermano Alves, o sadismo do Governo nos dias atuais. Além de atingir à nossa juventude, atinge agora, da maneira mais desrespeitosa e violenta, o clero brasileiro.

Ai estão as notícias das prisões dos Beneditinos, em Campinas, no Estado de São Paulo e dos Dominicanos, Lembro, nesta oportunidade, as palavras de Dom Macedo Costa que a História registrou — "O trono caiu, mas a Igreja está de pé."

O SR. PRESIDENTE:

(Dirceu Cardoso) — Advirto o nobre Deputado de que tem apenas cinco minutos para terminar.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Vou encerrar, Sr. Presidente.

Onde iremos chegar, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Está Casa a esta hora já deve estar cênica de suas responsabilidades. A prisão e o degredo do jornalista Hélio Fernandes foi um ato arbitrário, violento e inconstitucional. Não endosso as palavras de S. S.^a naquela oportunidade, não posso fugir à traição de solidariedade cristã. Mas o seqüestro foi feito; prisões estão sendo efetuadas em Uberlândia, em Minas Gerais. E hoje o jornalista Flávio Tavares, da Última Hora, sem nenhuma explicação, foi preso pelo DOPS, levado à Polícia do Exército, cujo Comandante, o Coronel Epitácio Cardoso de Brito, nega-se a prestar qualquer informação, até mesmo diante da solicitação imediata — aliás muito do feito desse homem que representa, nesta Casa, para nós e para toda a geração que ansia por um futuro melhor, um exemplo de dignidade, de liderança autêntica, isento e justo) — do Deputado Mário Covas. (Muito bem.)

S. Ex.^a, em todos os episódios, comporta-se como esta Casa já o acostumou, com a maior serenidade. Não há ninguém, no partido, que, levando a bandeira da Oposição contra toda espécie de acordo regional ou municipal que pretenda solapar nossas convicções ou nossas posições dentro do conceito democrático, que consegue levar esse Líder pelo caminho da emoção. Sempre justo e sereno, toma as atitudes na hora exata, em benefício não só do Movimento Democrático Brasileiro, mas em benefício da democracia e das liberdades públicas.

Sr. Presidente, V. Ex.^a me alerta. Apenas pedir a V. Ex.^a uma condescendência para ouvir o aparte da nobre Deputada Júlia Steinbruch, para que então possa concluir a minha oração.

A Sra. Júlia Steinbruch — O discurso de V. Ex.^a é realmente brilhante. Neste momento, toda Nação está conturbada pelos acontecimentos. O pronunciamento de V. Ex.^a vem trazer realmente o esclarecimento dos fatos que estão ocorrendo no País, para que toda Nação tome conhecimento da sua gravidade. Agora, V. Ex.^a salienta um ponto bastante interessante: se os próprios membros do MDB vão protestar contra a prisão dos jornalistas e contra esses atos discricionários do Governo, de desrespeito flagrante à ordem institucional vigente no País, em desrespeito à nossa Constituição. As nossas leis e as liberdades individuais como poderemos permitir que esses elementos do nosso partido façam acordos com o Governo? É sabido de todos nós que, se pertencemos à administração de um Estado, como a poderemos criticar? Não poderemos ter moral para criticar os atos errados deste Governo. Agradeço a V. Ex.^a a honra que nos deu.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Eu é que agradeço a V. Ex.^a, ilustre Deputada. V. Ex.^a tem inteira razão, porque os acordos nos Estados estão sendo patrocinados pelo Presidente da República. Tenho aqui o "Estado de Minas" de ontem, onde se lê: "Israel ganha apoio de Costa e Rondon para acerlar integração". Portanto, o Movimento Democrático Brasileiro não pode fazer acordos com os Governadores da ARENA, porque isso representa apenas uma adesão ao Governo Federal, uma adesão que levará o País do bipartidarismo para o unipartidarismo e, portanto, para um regime discricionário e ditatorial.

Ouço com muita satisfação o nobre Líder Mário Covas.

O Sr. Mário Covas — Devo, inicialmente, agradecer as generosas palavras de V. Ex.^a, para com este seu companheiro, palavras estas...

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — V. Ex.^a, as merece.

O Sr. Mário Covas — ... que eu acredito muito mais à amizade que nos une e ao caráter generoso de V. Ex.^a. Mas, Sr. Deputado, eu sempre entendi que quando a autoridade se exerce em excesso caracteriza-se uma ditadura; quando a autoridade existe o regime decorrente é a anarquia. A democracia, Sr. Deputado, no meu entender, é, fundamentalmente a autoridade consentida, a autoridade delegada, aquilo que se transfere a alguém para que esse alguém, em nome de uma coletividade qualquer, seja capaz, muito mais do que puni-la, de defendê-la contra os seus eventuais agressores. O que este Governo faz é agir em dualidade de posições com a maioria do povo, com os estudantes, com os seus homens públicos e agora até com o clero; é o exercício de uma posição autocrática, pior característica de uma ditadura. E em relação a certas minorias, particularmente a minorias militares, o que se vê é que o poder central não exercita sua autoridade. Dentro desse contexto, Sr. Deputado, a pior de todas as figuras cabe a esta Casa. E que não se diga que a culpa disso é da Oposição, porque todas as vezes em que a Oposição se manifestou desta tribuna, teve sempre uma palavra em favor da união dos homens desta Casa para preservação deste Poder, teve sempre uma palavra assegurando que sobreparando, sobrenadando as paixões de natureza política, deveria haver um ponto comum, um ponto de acordo em relação ao qual o nosso compromisso com

a instituição se sobrepujasse ao nosso compromisso eventual com cada uma das facções. Sr. Deputado, esta Casa assiste diariamente, desde que se confinou o Sr. Hélio Fernandes, a suceder de violências contra as quais nenhuma palavra de alergia, de convocação, nenhum brado de revolta, de impugnação feito desta tribuna controlou o menor eco. E elas só são superadas pelo acontecimento de novas violências, que, por serem mais recentes, passam a ganhar repercussão maior em relação às anteriores. Ainda está o jornalista confinado...

O Sr. Márcio Moreira Alves — Seqüestrado, banido, e imediatamente prendem-se estudantes. Recentemente, um estudante do Centro Acadêmico 11 de Agosto, comparecendo a um programa de televisão no qual eu era entrevistado, deu uma resposta e uma opinião sobre aquilo que lhe parecia a posição política atual do País. Lido nos jornais, embora tenha sido censurada a sua manifestação, já que o programa estava sendo gravado, que, 15 dias depois, foi ele convocado à polícia para repetir o que estava gravado em *video-tape*, o que teria dito naquele programa. Já agora, são padres arrancados dos seus conventos e conduzidos à polícia; outros, por permanecerem em frente ao DOPS, são também para dentro da polícia conduzidos, apenas por ali estarem portando faixas onde a única expressão escrita é uma expressão consistente da nossa Constituição. Agora, prende-se outro jornalista, sob a alegação de uma semelhança com o "Doutor não-sei-o-que". E, desde manhã, ao inclar-se a sessão, perguntávamos à Mesa sobre qual a providência tomada; até este instante, porém, sequer sabemos onde se encontra esse jornalista. E esta seqüência de fatos, agravando permanentemente, humilhando esta Casa, que precisa ser objeto das considerações não da Oposição, mas de toda esta Casa, de todos os Deputados, porque cada um de nós aqui, Sr. Deputado, antes do compromisso com sua agremiação, tem de honrar o compromisso maior com esta instituição, que é — ela sim — a mais autenticamente representativa do regime democrático. (Palmas)

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — O aparte de V. Ex.^a, nobre Líder Mário Covas, vem ilustrar o nosso discurso. São válidas todas as argumentações que V. Ex.^a expendeu. Queríamos, Sr. Presidente, ler o artigo de hoje do "Correio da Manhã", — "Acordo de Clientela" — mas pedimos a V. Ex.^a, que seja esse artigo considerado lido. A nossa geração não se curvara. A bandeira que recebemos nas urnas de 1966, sob a legenda do Movimento Democrático Brasileiro, não cairá de nossas mãos. Estaremos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para condenar a violência a arbitrariedade. Estaremos aqui para defender a liberdade e a democracia, porque entendemos que este regime é o único que se ajusta com as nossas tradições e com a aspiração do povo brasileiro. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Maria Magalhães, o Sr. José Romifácio, 1.^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Cardoso, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o Sr. Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA: (Lé). Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Comissão de Minas e Energia, desta Casa, ao estudar, no mérito,

a proposição do nobre Deputado Cunha Bueno, que objetivava conceder aos proprietários de imóveis onde se localizem jazidas de petróleo, de xisto ou gás, uma percentagem a título de indenização, uma percentagem igual a um por cento sobre o valor do óleo extraído, do xisto ou do gás, e, ao tomar conhecimento, naquela oportunidade, das denúncias formuladas, pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e pelas Classes Produtoras daquele Estado e da Bahia, de que a Petrobrás vinha causando sérios prejuízos aos proprietários dos imóveis localizados na região petrolífera daqueles Estados, resolveu designar uma Subcomissão para apurar "in loco" a veracidade dessas denúncias e para oferecer subsídios à regulamentação da matéria, que já agora está prevista na atual Constituição Brasileira.

Esta Subcomissão, composta dos Srs. Deputados Emílio Murais, Hélio Romangnoli, Odílio Domingues, Cicero Dantas, Marco de Abreu, presidida por este parlamentar que me dá a realzo uma viagem de estudos e observações à região petrolífera dos Estados da Bahia e Sergipe, tendo elaborado um Relatório sobre estes estudos e estas observações, já apresentado à Comissão de Minas e Energia.

Queremos, neste momento, dar conhecimento à Casa das nossas observações pessoais, antes porém permitia-nos tecer algumas considerações sobre o "Curo Negro".

O Petróleo na História — Ainda não é pacífica a origem do petróleo, que remonta a milhares de anos. Já Heródoto, historiador grego do século V antes de Cristo, escreveu que Nabucodonosor, Rei de Babilônia, usou betume na construção das muralhas desse Reino.

E' ainda Heródoto que afirma que Alexandre Magno, Rei da Macedônia e conquistador da Ásia Menor, viria perto de Bactriana, pelos idos de 327 A.C., chamadas que saiam da terra com uma fonte de combustível, formando uma espécie de lago.

Na História Moderna, aparece em 1859 a figura do lendário Coronel Drake, que descobriu petróleo a 21 metros de profundidade, na localidade de seca de Titusville, Estados Unidos da América do Norte.

No Brasil, a primeira sondagem feita se deve a Eugênio Ferreira de Camargo, que entre os anos de 1892 e 1896 abriu o poço do Bofeste no Estado de São Paulo, dele jorrando apenas água sulfurosa.

Não poderíamos, porém, deixar de comentar a figura do Técnico lituano em petróleo Victor Oppenheim, que visitando e fazendo pesquisas a sãido daqueles que no passado se diziam patriotas e nacionalistas, afirmou num Relatório que no Reconheço Baía no não havia Petróleo. Isso foi lá pelo ano de 1936 e 1937. Porém, tais palavras manifestamente dolosas, não prevaleceram no espírito do Povo Brasileiro, pois, embora oprimido pela Ditadura, encontrava no espírito combativo e nacionalista autêntico de Monteiro Lobato o sinal de luta, a chama do verdadeiro patriotismo.

Desde 1927, quando nosso Adido Comercial em Washington, já Monteiro Lobato verificara que somente através dessa riqueza denominada o "Curo Negro" o Brasil poderia resolver seus problemas básicos. Por suas idéias foi preso Monteiro Lobato, mas a luta não cessou. Libertado, a contragosto do então Ministro da Agricultura, a quem estava afeita a questão do petróleo, Monteiro Lobato ainda viveu para lutar, embora não pudesse ver coroado de êxito o seu sonho petrolífero, pois a criação da Petrobrás deu-se a 3 de setembro de 1953.

A Figura da Petrobrás no Cenário Econômico do Brasil — A Petrobrás Brasileiro S.A. (Petrobrás), criada pela lei nº 2.004, de 3 de setembro de 1953, tem por objetivos a pesqui-